

Pessoas e grupos, antes silenciosos, buscaram espaço para discursar e se apresentar à cena democrática. O novo cidadão exige um modo novo da sociedade se governar e de as instituições se comportarem, com muito mais transparência e participação.

O PARTIDO PIRATA tem o compromisso de empregar formas descentralizadas e colaborativas de elaborar e executar suas ações oficiais:

DEMOCRACIA PLENA: Aprimoramento da Participação Democrática com ferramentas de consulta direta pode proporcionar empoderamento aos cidadãos para definirem políticas públicas e sua execução;

ACESSO À REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES: Acesso, neutralidade no fluxo de dados e segurança para o usuário devem ser postas em prática pelo Estado;

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E DE SETORES CONCESSIONADOS: É fundamental para a plena Democracia o acesso universal e amigável a dados atualizados sobre arrecadação, aplicação de recursos e acompanhamento da execução das políticas, com aferição dos resultados obtidos;

LIBERDADE DE EXPRESSÃO: Não existe cidadania sem circulação de informação, proteção ao direito de livre manifestação do pensamento e transparência na imprensa sem controle do Estado ou de corporações;

PRIVACIDADE: A proteção da privacidade e o direito à preservação da identidade na rede mundial de computadores são invioláveis. O direito à segurança na rede não pode ser evocado para legitimar atos arbitrários. Qualquer tentativa de afrontar essas premissas é rechaçada pelo Partido Pirata;

DIVERSIDADE SOCIAL: Lutamos pela igualdade dos direitos civis e combatemos todas as formas de opressão, acolhendo todos os grupos sociais sem discriminação;

MEIO-AMBIENTE: Os modelos de negócios que esgotam recursos e sustentam padrões de consumo incompatíveis com a sustentabilidade ambiental devem ser transformados para que se crie uma harmonia entre sociedade e meio ambiente, o desenvolvimento socioeconômico deve visar o equilíbrio ecológico;

ESTADO LAICO: Só um Estado verdadeiramente laico pode garantir a liberdade de crença ou descrença, sendo assim, combatemos o desrespeito ao preceito Constitucional de que o Estado brasileiro é laico;

COMPARTILHAMENTO DE CONHECIMENTO: Defendemos revisar a legislação sobre compartilhamento, distribuição de conteúdo, direitos autorais e de patentes, de forma a valorizar o trabalho dos autores e permitir a inovação de políticas sociais, culturais e econômicas;

EDUCAÇÃO: A educação não se deve restringir apenas à formação para o mercado de trabalho, produção de conhecimento ou qualquer finalidade meramente utilitarista, mas contemplar uma formação mais ampla da pessoa, incluindo uma forte base ética e humanista;

PADRÕES ABERTOS E SOFTWARE LIVRE: Padrões abertos e o uso de Software Livre devem ser adotados pelo Poder Público para promover o desenvolvimento tecnológico, econômico e social;

COLABORATIVIDADE: É compromisso nosso a construção da sua própria representação política legítima por meio de um sistema colaborativista, descrito em Regimento Interno, do qual participam todos os filiados na formulação de posicionamentos e proposições;

SERVIÇOS PÚBLICOS UNIVERSALIZADOS: Deve ser meta essencial do Estado.

Pessoas e grupos, antes silenciosos, buscaram espaço para discursar e se apresentar à cena democrática. O novo cidadão exige um modo novo da sociedade se governar e de as instituições se comportarem, com muito mais transparência e participação.

O PARTIDO PIRATA tem o compromisso de empregar formas descentralizadas e colaborativas de elaborar e executar suas ações oficiais:

DEMOCRACIA PLENA: Aprimoramento da Participação Democrática com ferramentas de consulta direta pode proporcionar empoderamento aos cidadãos para definirem políticas públicas e sua execução;

ACESSO À REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES: Acesso, neutralidade no fluxo de dados e segurança para o usuário devem ser postas em prática pelo Estado;

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E DE SETORES CONCESSIONADOS: É fundamental para a plena Democracia o acesso universal e amigável a dados atualizados sobre arrecadação, aplicação de recursos e acompanhamento da execução das políticas, com aferição dos resultados obtidos;

LIBERDADE DE EXPRESSÃO: Não existe cidadania sem circulação de informação, proteção ao direito de livre manifestação do pensamento e transparência na imprensa sem controle do Estado ou de corporações;

PRIVACIDADE: A proteção da privacidade e o direito à preservação da identidade na rede mundial de computadores são invioláveis. O direito à segurança na rede não pode ser evocado para legitimar atos arbitrários. Qualquer tentativa de afrontar essas premissas é rechaçada pelo Partido Pirata;

DIVERSIDADE SOCIAL: Lutamos pela igualdade dos direitos civis e combatemos todas as formas de opressão, acolhendo todos os grupos sociais sem discriminação;

MEIO-AMBIENTE: Os modelos de negócios que esgotam recursos e sustentam padrões de consumo incompatíveis com a sustentabilidade ambiental devem ser transformados para que se crie uma harmonia entre sociedade e meio ambiente, o desenvolvimento socioeconômico deve visar o equilíbrio ecológico;

ESTADO LAICO: Só um Estado verdadeiramente laico pode garantir a liberdade de crença ou descrença, sendo assim, combatemos o desrespeito ao preceito Constitucional de que o Estado brasileiro é laico;

COMPARTILHAMENTO DE CONHECIMENTO: Defendemos revisar a legislação sobre compartilhamento, distribuição de conteúdo, direitos autorais e de patentes, de forma a valorizar o trabalho dos autores e permitir a inovação de políticas sociais, culturais e econômicas;

EDUCAÇÃO: A educação não se deve restringir apenas à formação para o mercado de trabalho, produção de conhecimento ou qualquer finalidade meramente utilitarista, mas contemplar uma formação mais ampla da pessoa, incluindo uma forte base ética e humanista;

PADRÕES ABERTOS E SOFTWARE LIVRE: Padrões abertos e o uso de Software Livre devem ser adotados pelo Poder Público para promover o desenvolvimento tecnológico, econômico e social;

COLABORATIVIDADE: É compromisso nosso a construção da sua própria representação política legítima por meio de um sistema colaborativista, descrito em Regimento Interno, do qual participam todos os filiados na formulação de posicionamentos e proposições;

SERVIÇOS PÚBLICOS UNIVERSALIZADOS: Deve ser meta essencial do Estado.